

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1014143-69.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor**  
Requerente: **Orlando Antonio Picchi Junioir e outro**  
Requerido: **TAM - Linhas Aéreas S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DECIDO.**

Os autores almejam ao recebimento de indenização para reparação de danos morais que sofreram em decorrência da má prestação de serviços por parte da ré.

Alegaram para tanto que contrataram junto a mesma passagens para viagem de férias em Porto Seguro-BA, e que na data do embarque tiveram diversos problemas causados pela ré consistentes em remanejamento do voo, *overbooking*, sem qualquer comunicação do que estava acontecendo.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Sustentaram que como estavam com um grupo de amigos houve ajuste para que somente o primeiro-requerente embarcasse no dia seguinte ao previsto, acarretando-lhe assim, a perda de um dia da viagem de férias junto de seus familiares, acarretando-lhe prejuízo com passeios já programados e aluguel de veículo.

Ao final, ressaltando a responsabilidade da ré pelo evento danoso requerem indenização por danos morais no montante de quinze mil reais.

A preliminar arguida pela ré em contestação não merece acolhimento.

Isso porque os autores patentearam satisfatoriamente o pedido e o valor da indenização pelos danos morais (terceiro parágrafo de fl. 07.)

Rejeito a prejudicial, pois.

No mérito, os documentos apresentados pelos autores respaldam sua versão, ao passo que a ré não negou os fatos trazidos à colação.

Suscitou em seu benefício que não obrou com desídia porque, em que pese o remanejamento do voo, forneceu ao autor alimentação, transporte e estadia, prestando toda a assistência necessária prontamente.

Resta assim saber nesse contexto se da conduta da ré nasce aos autores o direito à indenização que postularam e quanto ao tema reputo que isso tem lugar.

É inegável que o primeiro requerente perdeu um dia do convívio com seus familiares na viagem de férias o que foi muito além do mero dissabor inerente à vida cotidiana, afetando-os como de resto qualquer pessoa mediana que estivesse em sua posição seria afetada.

Diante do inadimplemento do contrato de transporte aéreo é dever da ré responder pelos prejuízos experimentados pelos autores.

Aliás, segundo Rizzatto Nunes, *"o overbooking é quase um estelionato, pois é a venda do mesmo assento para mais de uma pessoa, algo absurdo que deve ser coibido. A sua simples ocorrência tem que gerar punição e esta se faz pela fixação de uma indenização"*

Nesse sentido, é clara ainda a jurisprudência:

*RESPONSABILIDADE CIVIL - TRANSPORTE AÉREO - "OVERBOOKING" - Relação de consumo caracterizada - Aplicação do Código de Defesa do Consumidor - Dano moral caracterizado -*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*Indenização que foi fixada dentro de um critério de prudência e razoabilidade - Inocorrência de culpa exclusiva do consumidor - Dano material de monstra do- Sentença mantida- RECURSO DESPROVIDO.(TJSP, Apelação n. 991.06.023191-0, Relator SÉRGIO SHIMURA, julgado em 6 de julho de 2011)*

*"Responsabilidade Civil. Transporte aéreo - "overbooking"- Dano moral configurado - Responsabilidade Civil - Transporte aéreo - Dano Moral – Prevalência do Codecon sobre a Convenção de Varsovia, que não dispõe sobre essa matéria. Recurso parcialmente Provido."(TJSP, Apelação nº 9107701-67.2000.8.26.0000, Rei. ELMANO DEOLIVEIRA, 23ª Câmara de Direito Privado, j. 24/06/2009, r. 11/08/2009).*

*AGRAVO REGIMENTAL. INDENIZAÇÃO. DANO MORALE MATERIAL. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. SOBREVENDA DE PASSAGENS.REMOÇÃO PASSAGEIROS OUTRO PAÍS. TRATAMENTO HOSTIL. CONSTRANGIMENTO.CONVENÇÃO DE VARSÓVIA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. - Em vôo internacional, se não foram tomadas todas as medidas necessárias para que não se produzisse o dano, justifica-se a obrigação de indenizar.- Cabe indenização a título de dano moral pelo atraso de vôo aéreo internacional. O dano decorre da demora, desconforto, aflição e dos transtornos suportados pelo passageiro, não se exigindo prova de tais fatores. Após o advento do Código de Defesa do Consumidor, as hipóteses de indenização por atraso de vôo não se restringem àquelas descritas na Convenção de Varsóvia, o que afasta a limitação tarifada. (TJSP, Agravo Regimental no Recurso Especial nº 227.005-SP, Rei. Ministro Humberto Gomes de Barros, 3ª Turma, unânime, DJU 30/11/2004).*

*CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CONSUMIDOR.OVERBOOKING. DANO MORAL CARACTERIZADO. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO § 3º DOARTIGO 515 DO CPC. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM CONSONÂNCIA COM OSPRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Os danos morais decorrentes de overboking ensejam a compensação financeira e independem de prova (dano in re ipsa). 2. Aplica subsidiariamente ao caso em comento o disposto no § 3º do artigo 515 do Código de Processo Civil. 3. Configura-se responsabilidade objetiva, por envolver relação de consumo porquanto se exige do fornecedor ou prestador de serviços diligência na execução de*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

*suas atividades, prevenindo danos ao consumidor. 4. O ressarcimento deve observar circunstanciais particulares do evento, tais como, situação patrimonial das partes e dimensão da ofensa, sem olvidar do caráter compensatório, pedagógico e punitivo da condenação, sempre respeitando o fundamento da razoabilidade. 5. Recurso conhecido e parcialmente provido. (20050110337798ACJ, Relator NILSONI DE FREITAS CUSTÓDIO, PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO DF, julgado em 25/04/2006, DJ 02/06/2006 p. 359.*

Ficam caracterizados os danos morais, pois.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelos autores, que transparece excessivo.

Assim, diante da ausência de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida a cada autor em R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar aos autores a quantia de R\$ 7.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 17 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**